REVISTA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

## SITIENTIBUS

## FILOLOGIA E ACERVOS

## ARTIGO

## EDIÇÃO DO LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFBA

## EDITION OF THE MINUTES BOOK OF THE DEPARTMENTAL COUNCIL OF THE INSTITUTE OF LETTERS AT UFBA

MARCUS VINÍCIUS OLIVEIRA SPÍNOLA

Graduando em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista PIBIC-UFBA. E-mail: vinyspinola15@gmail.com

RISONETE BATISTA DE SOUZA

Doutora em Letras (Literatura Portuguesa) pela USP. Professora aposentada da UFBA. E-mail: risonete.bsouza@gmail.com

## RESUMO

O artigo apresenta a proposta de edição fac-similar digital do *Livro de Atas do Conselho Departamental do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA)*, que reúne registros manuscritos do período de 1969 a 1990. Inserida no projeto “Memória do Instituto de Letras da UFBA: parte 2”, a pesquisa busca preservar, analisar e difundir documentos que registram decisões acadêmicas e administrativas fundamentais para a consolidação da unidade. A metodologia adota fundamentos da Filologia Textual, da Paleografia, da Diplomática, da Historiografia e das Humanidades Digitais, contemplando descrição material, análise paleográfica das diferentes mãos e exame diplomático da espécie documental ata. O estudo ressalta a importância do Conselho Departamental na conjuntura institucional da época e evidencia a relevância da preservação e digitalização desses documentos para a memória acadêmica, a história da educação e a valorização do patrimônio documental universitário.

**Palavras-chave:** edição fac-similar; atas; filologia; paleografia; memória institucional.

## ABSTRACT

This article presents the proposal of a digital facsimile edition of the *Minutes Book of the Departmental Council of the Institute of Letters at the Federal University of Bahia (UFBA)*, which gathers handwritten records from 1969 to 1990. As part of the project “Memory of the Institute of Letters at UFBA: Part 2,” the research aims to preserve, analyze, and disseminate documents that record key academic and administrative decisions in the consolidation of the Institute. The methodology is grounded in Textual Philology, Paleography, Diplomatics, Historiography, and Digital Humanities, encompassing material description, paleographic analysis of different hands, and diplomatic examination of the minutes as a documentary genre. The study highlights the role of the Departmental Council in the institutional context of the period and underscores the significance of preserving and digitizing these documents for academic memory, the history of education, and the appreciation of university documentary heritage.

**Keywords:** facsimile edition; minutes; philology; paleography; institutional memory.

## INTRODUÇÃO

O Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, doravante ILUFBA, foi criado por meio do Decreto nº 62.241, que reestruturou a Universidade Federal da Bahia (UFBA). O processo de implantação das novas unidades universitárias não foi imediato, visto que implicava na elaboração dos novos marcos regulatórios, na redistribuição espacial das unidades acadêmicas e no provimento dos cargos previstos na nova estrutura. A implantação do ILUFBA começou a ser efetivada a partir de 1969. À época, faziam parte da estrutura das unidades acadêmicas os seguintes órgãos de direção: Congregação, Conselho Departamental e a Diretoria, como indica a Sub-Seção II - Estrutura - Art. 48 do Estatuto da UFBA (1969, p. 19).

Assim, a estrutura de direção do ILUFBA era composta por três órgãos, dos quais o Conselho Departamental, um órgão colegiado formado pelo Diretor e pelos chefes do Departamento da Unidade, com atribuições de natureza pedagógica, é objeto de estudo deste trabalho, que integra o projeto “Memória do Instituto de Letras da UFBA: parte 2”, pesquisa de maior fôlego cujo objetivo principal é a narração da história do ILUFBA, desde a sua implementação ao seu desenvolvimento, às áreas de pesquisa desenvolvidas, às áreas de ensino focadas durante sua história e, sobretudo, à sua importância para formação de docentes e pesquisadores que atuam e atuaram na área de Letras, localmente, regionalmente e nacionalmente.

O processo de instalação e funcionamento do ILUFBA foi documentado pelo conjunto de atas que integra os primeiros livros de atas do Instituto. Este plano de trabalho, desenvolvido no âmbito do Edital PRPPG/UFBA 06/2023 – PIBIC/AF, visa, como objetivo precípua, a preservar os documentos históricos do ILUFBA e a torná-los acessíveis a um público mais amplo, por meio da feitura de uma edição fac-similar do Livro de Atas do Conselho Departamental do Instituto de Letras da UFBA, volume que abrange vinte e um anos de história, de 1969 a 1990. Para isso, analisar-se-ão as atas do livro, em busca de informações que colaborem para o estabelecimento de uma narrativa que traga à luz a importância desse órgão na conjuntura do ILUFBA no período.

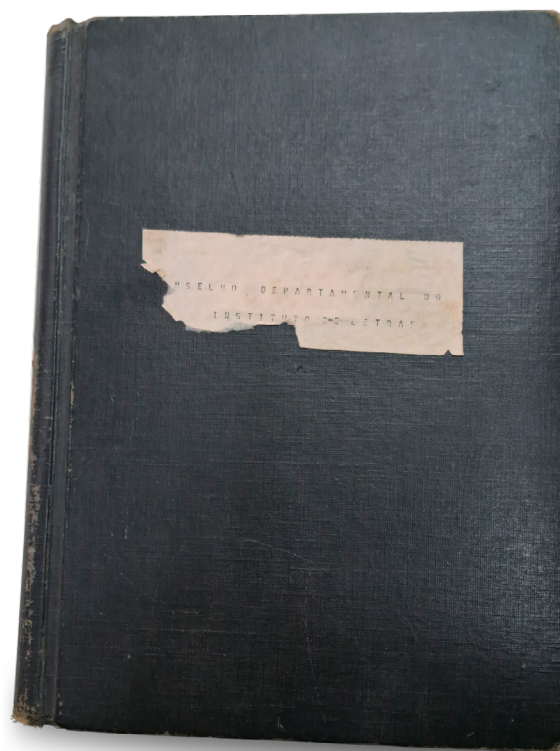
A preservação e disponibilização desse conjunto documental é extremamente importante, uma vez que, por muito tempo, os documentos que narram a história do Instituto foram tratados da seguinte maneira:

[...] o material remanescente de diversos setores do ILUFBA, tais como departamentos, colegiados de graduação e de pós-graduação, dos diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como da administração central do instituto foi armazenado ao longo de décadas sem critérios ancorados nas boas práticas de constituição de arquivo. Narrativas dão conta de que parte deste material se perdeu devido a acidentes como infiltração de água advinda dos telhados sem manutenção, infestação de pragas como cupins e traças ou mesmo por descarte promovido por chefes de setores ou dirigentes. (Souza, 2020, p. 77).

## DESCRIÇÃO DO CORPUS

O Livro de Atas do Conselho Departamental do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia apresenta-se numa estrutura de código moderno, de padrão comercial. Reúne o conjunto de atas manuscritas lavradas entre os anos de 1969 e 1990, que documenta vinte e um anos de história do segundo órgão de direção na estrutura hierárquica das unidades acadêmicas, o qual reunia o Diretor do Instituto, os Chefes de Departamento e um representante do corpo discente. Por ser estruturado como um código, possui uma capa dura, lombada redonda e contracapa na cor preta, e tem medidas de 325 mm de comprimento e 230 mm de largura. Há, centralizada na capa, uma etiqueta branca feita à máquina, com a indicação nominal da entidade subscritora: o Conselho Departamental; a etiqueta apresenta avarias, principalmente rasgaduras na parte inferior esquerda, além de estar naturalmente amarelada em decorrência do tempo. Dentro do livro, na guarda, há um datiloscrito avulso, com a composição do Conselho Departamental de Letras do ano de 1990, apresentando os nomes do Diretor, Vice-Diretor do Instituto, bem como dos Chefes e Vice-Chefes dos Departamentos existentes na unidade naquele período.

Figura 1: Capa do Livro de Atas do Conselho Departamental do ILUFBA



Fonte: Os autores.

O livro acima possui 200 fôlios em papel pautado de baixa gramatura, medindo 318 mm de altura e 217 mm de largura, escritos no recto e verso, e numerados no canto superior direito (de 01 a 200), sempre no recto; os fôlios apresentam sinais amarelados, resultado da passagem do tempo, alguns apresentam marcas de clipe (a exemplo o fl. 2), cada um deles possui 33 linhas e todos foram rubricados ao

lado esquerdo da numeração de fólios (apenas no recto), pelo professor Hélio Simões — que, à época da aquisição do livro, era o Coordenador (Diretor)<sup>1</sup> do Instituto de Letras e, por conseguinte, o Chefe do Conselho Departamental, como preveem o Regimento Geral da UFBA (1969) e o Regimento Interno do ILUFBA (1970).

A contraguarda do livro possui maior gramatura que os fólios e é vermelha, com padrões pretos. Há, na folha de guarda, antes de iniciarem-se os fólios, o termo de abertura

do livro, escrito e assinado por Hélio Simões, que data de 04 de julho de 1969, embora a primeira reunião do órgão tenha acontecido somente em 21 de julho do mesmo ano. O volume não possui termo de encerramento, finaliza-se no fólio 200 recto, com ata da sessão de 11 de julho de 1990, aprovada em 03 de agosto de 1990 (reunião cuja ata não compõe este livro); o verso do fólio foi inutilizado, rasurado por linhas diagonais que formam um “x”.

**Figura 2:** Contraguarda do Livro de Atas do Conselho Departamental do ILUFBA



Fonte: Os autores.

Os 150 testemunhos, entre transcrições e originais, que integram o primeiro Livro de Atas do Conselho Departamental registram o processo de implantação do Instituto de Letras, após a reestruturação da UFBA. Pode-se compreender, por meio das decisões tomadas nas reuniões e das discussões articuladas, de que maneira o órgão funcionava na estrutura administrativa e didática da unidade acadêmica e como se assentou a estrutura que nos foi legada. Como afirma Bacellar (2006, p. 68) “uma questão importante ao se avaliar as possibilidades de uma fonte documental é buscar perceber a qualidade das informações que ela pode ou não nos fornecer [...]”.

Assim, intenta-se, com esta pesquisa, disponibilizar virtualmente o conjunto documental encontrado no livro, em site criado com objetivo de apresentar uma narrativa histórica do ILUFBA, visando à preservação desses documentos e da história que por eles nos é contada. Para isso, far-se-á uma edição fac-similar digital que apresentará os documentos escaneados e reunirá notas filológicas, glossário e informações a respeito dos agentes e eventos envolvidos

nos documentos e no processo de implantação do Instituto de Letras, disponibilizadas por meio do recurso de *hiperlink*.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa alicerça-se em múltiplas áreas do saber, caracterizando-se, portanto, como um labor multidisciplinar. Ancora-se, principalmente, na Filologia Textual, precisamente na edição de textos monotestemunhais; na Paleografia, que permitirá a análise da escrita dos registros, uma vez que se trata de um volume manuscrito; na Historiografia, que permitirá que se entenda a historicidade dos documentos editados; nas Humanidades Digitais, afinal, pretende-se disponibilizar a edição virtualmente, e na Diplomática, porquanto se pretende verificar a autenticidade dos documentos. Avulta-se com os marcos regulatórios legais que regiam a estrutura universitária, necessários para a compreensão da dinâmica institucional estabelecida e para o entendimento da estrutura vigente à época, por isso, é preciso que sejam consultados o Regimento Geral da UFBA (1969) e o Regimento Interno do ILUFBA (1970).

<sup>1</sup>O professor Hélio Simões era, inicialmente, designado como Coordenador do ILUFBA, até 1972, porquanto o processo de implantação da nova estrutura, normalizada em 1968, não foi imediato.

**Figura 3:** Datiloscrito com a Composição do Conselho Departamental em 1990

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**

CONSELHO DEPARTAMENTAL - COMPOSIÇÃO Em 06.07.90

Diretor da Unidade: Profa. Suzana Helena Longo Sampaio  
 Vice-Diretor: Profa. Josefina Dias de Freitas  
 Subst. do Vice-Diretor: Prof. José Carlos Bastos Sant'Anna

CHEFIAS DEPARTAMENTAIS

01. Fundamentos para o Estudo das Letras.  
 Chefia: Profa. Yêda de Castro Rocha Brito - 10.03.89 a 10.03.91  
 Vice-Chefia: Profa. Ivone Afonso A. Novis - 10.03.89 a 10.03.91

02. Letras Vernâculas.  
 Chefia: Prof. Aurelio Gonçalves Lacerda - 24.01.90 a 24.01.92  
 Vice-Chefia: Profa. Sonia Borba Costa - 24.01.90 a 24.01.92

03. Letras Germânicas  
 Chefia: Profa. Sonia Moura Costa e Costa - 23.05.89 a 23.05.91  
 Vice-Chefia: Tânia Pedrosa Barretto - 23.05.89 a 23.05.91

04. Letras Românicas  
 Chefia: Iara Maria L. Soares de Almeida - 07.03.89 a 07.03.91  
 Vice-Chefia: Geovana Monteiro Spinola - 07.03.89 a 07.03.91

Representação: Corpo docente: 01  
 Corpo Técnico Administrativo: 01

Fonte: Os autores.

Estabelece-se, no Estatuto da UFBA (1969), Sub-Seção IV – Do Conselho Departamental –, como se compõe o Conselho e quais são suas atribuições, Art. 51 e Art. 52.

Art. 52. – Compete ao Conselho Departamental:

I – promover a articulação das atividades dos Departamentos e a compatibilização dos respectivos planos de trabalho;

II – emitir parecer sobre:

a) – assuntos de ordem didática, para deliberação do Conselho de Coordenação ou, conforme o caso, do Colegiado de Curso;

b) – prêmios escolares;

c) – qualquer matéria da competência do Diretor, quando por este solicitado

III – escolher o representante da Universidade no Conselho de Coordenação, e seu suplente;

IV – escolher os nomes da Comissão Julgadora de concursos para professores assistentes e professor titular na forma prevista no Regimento Geral;

V – elaborar seu regimento.

(Universidade Federal da Bahia, 1969, p. 21).

O Conselho Departamental, descrito como órgão de direção das unidades no Estatuto da UFBA de 1969, é uma entidade que não faz mais parte da estrutura acadêmica da Universidade Federal da Bahia, por isso, entender como ele se estruturava e seu papel na conjuntura administrativa desse período é essencial, afinal, como indica o art. 48 do Estatuto (1969), o Conselho era o segundo órgão na hierarquia de poder na unidade universitária, estando abaixo da Congregação. Para essa compreensão, recorre-se às atas presentes no Livro, que conservam a história do órgão e narram, de acordo com o esperado da espécie documental, como se deram as reuniões naquela época.

Investigar a história de um documento significa concebê-lo para além do seu texto, fazer uma leitura sobre o período, o local e os fatos que consubstanciaram naquela produção textual, situá-lo a partir de seu autor, de sua função e de seu estado de conservação. (Ackel, 2021, p. 5).

A preservação desse conjunto de documentos é de extrema importância. Assim, a análise e a leitura destes

relatos se mostram imprescindíveis para o entendimento das decisões que nortearam os cursos de Letras da Bahia nas décadas de 1970 a 1990.

Embora a Filologia admita uma acepção ampla, lida-se com ela, nesta pesquisa, a partir da prática da Crítica Textual, que visa à fixação e à restituição do texto, definida da seguinte forma por Borges e Souza (2012): “[...] pode-se entender a Crítica Textual (Filologia *stricto sensu*) como um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, língua, texto e cultura (Borges; Souza, 2012, p. 21).

Os tipos de edição diferenciam-se pelo grau de mediação imposto pelo editor. De acordo com Lose (2017, p. 74), essa intervenção impacta especificamente o público que se espera atingir. Por isso, optou-se, como produto desta pesquisa, pela feitura de uma edição fac-similar, uma vez que se trata de um texto monotestemunhal e se tem o objetivo de preservar suas características materiais de maneira mais fiel possível, devido a seu valor histórico. A edição fac-similar, como indica Cambraia (2005, p. 23), possui baixo nível de intervenção e caracteriza-se pela reprodução imagética do testemunho por meios mecânicos, como fotografia, xerografia e escanização. Apesar de este tipo de edição normalmente ser reservado ao público especializado, entendeu-se que, por se tratar de documentos pouco recuados no tempo, datados da segunda metade do século XX, a escrita e a ortografia encontradas neles não representam barreiras ao consulente.

Além disso, como indica Lose (2017, p. 74), em edições com baixo nível de mediação, como é o caso, cabe, normalmente, ao editor a produção de paratextos, análises e comentários que auxiliem no entendimento dos documentos e da conjuntura do período. Portanto, a edição será acompanhada de notas filológicas para auxiliar a compreensão destes documentos.

A proposição de uma edição fac-similar se preocupa não apenas em estar num suporte digital, mas também em apresentar-se como uma edição digital em si, como defende Lose (2010, p. 16), “[a] edição digital, e não edição meramente em formato digital, mostra-se um tipo completamente adequado à Filologia que precisa não somente trabalhar o texto, mas também o paratexto, as informações que contextualizam e dão sentido ao documento editado”.

É indispensável ter em mente que uma edição digital não é, nem de longe, uma edição convencional feita em meio digital. Portanto, o editor, ao escolher fazer uma edição digital deve estar atento para o fato de que as edições digitais devem ser acessíveis ao maior número de usuários possível [...] (Lose, 2010, p. 20).

A Paleografia se faz necessária à pesquisa por lidarmos com um conjunto documental composto por testemunhos

manuscritos, conjunto que apresenta, por sua longevidade – 21 anos –, diversas mãos e características diferentes, algumas de fácil leitura e outras nem tanto. Cambraia (2005, p. 23) indica que a finalidade pragmática da paleografia é a capacitação de leitores para avaliar a autenticidade de um documento, analisando-se sua escrita, e de interpretar as escritas do passado, o que perpassa pela ideia de *Paleografia de lectura* apresentada por Contreras (1994):

[e]l paleógrafo lector debe poseer un conocimiento previo de las formas alfabéticas esenciales del sistema gráfico en que se ha ejecutado la escritura que se dispone a leer, así como de la lengua a la que corresponde.

Se debe prestar, también previamente, una atención al aspecto general que ofrece la escritura que haya de leerse.

La lectura ha de hacerse sin prisa, sossegadamente, sin fiar en la memoria ni en el conocimiento que de textos parecidos o iguales se tenga.

Debe evitarse «leer de corrido», especialmente cuando se trata de textos largos o de escrituras desconocidas o difíciles.

No debe prescindirse de ningún elemento gráfico por insignificante que parezca<sup>2</sup>. (Contreras, 1994, p. 36).

Entretanto, além dessa ideia “instrumental”, para leitura, entendimento e contextualização dos relatos, intenta-se proceder à análise paleográfica dos registros, identificando-se os redatores que lavraram os documentos reunidos no livro, corroborando sua validade e autenticidade.

A Diplomática, como afirma Belloto (2008, p. 2), tem como objeto a estrutura formal do documento, ou seja, ele deve apresentar a mesma estrutura semântica de discurso se tiver como objetivo a mesma problemática administrativa e apresentará os dados obrigatórios sempre iguais, diferenciando-se apenas nos dados pontuais, por isso, as atas devem seguir o mesmo padrão estrutural, por relatarem reuniões de um órgão colegiado de uma unidade acadêmica da Universidade e se distinguem apenas nos dados pontuais, tais quais a data cronológica, o nome dos presentes, os assuntos que constam da pauta etc. Considerando isso, procedendo à análise diplomática, tomou-se como base a definição de Belloto (2008) da espécie documental ata:

[...] documento diplomático testemunhal de assentamento horizontal. Registro resumido das ocorrências de reunião, assembleia ou sessão, assim como das decisões tomadas por seus membros. Se for de eleição, resume o seu desenrolar. Geralmente é lavrada em livro próprio. **Protocolo inicial:** número da ata e nome da entidade subscritora da reunião. Data cronológica, inclusive designação da hora, do local, com endereço. Nome das pessoas presentes, sua qualificação e declaração de abertura da sessão pelo presidente e secretário. **Texto:** assuntos discutidos, em obediência ou não a

<sup>2</sup>O leitor paleógrafo deve ter um conhecimento prévio das formas alfabéticas essenciais do sistema gráfico em que a escrita foi feita, assim como da língua a que corresponde./Deve-se prestar, previamente, também, uma atenção ao aspecto geral que oferece a escrita que há de ser lida./A leitura deve ser feita sem pressa, sossegadamente, sem confiar na memória nem em conhecimento de textos semelhantes ou iguais que se tenha./Deve-se evitar «ler de corrido», principalmente quando se trata de textos grandes ou escritos desconhecidos ou difíceis./ Nenhum elemento gráfico deve ser omitido por ser ou parecer insignificante (Contreras, 1994, p. 36, tradução nossa).

uma ordem do dia ou pauta. **Protocolo final:** fecho: 'nada mais havendo a tratar [...] eu [...] secretário lavrei a presente [...]'. Assinaturas do presidente e do secretário. (Belloto, 2008, p. 36, grifo nosso).

## METODOLOGIA

Iniciou-se a pesquisa identificando o Livro de Atas do Conselho Departamental, cuja guarda pertence à sala de Memória do ILUFBA. Verificou-se o estado de conservação do livro e foram analisadas as características da mancha escrita dos documentos. *A priori*, pensou-se em editar somente as atas originais do livro, mas percebeu-se que há uma quantidade considerável de atas transcritas/cópias, sem assinaturas, que também narram uma história importante e são, provavelmente, o único relato desse período a que teremos acesso. Por isso, optou-se por editar o conjunto documental na íntegra: transcrições e originais, para dar acesso a esse conteúdo e não omiti-lo. Preocupamo-nos, em seguida, com a elaboração de uma ficha catalográfica que reuniria os elementos necessários a serem analisados para o labor filológico que se iniciou. Em seguida, para evitar o constante manuseio do livro, procedeu-se à digitalização prévia de todo conjunto documental, por meio do aplicativo de celular *CamScanner*, o que facilitou o andamento da pesquisa, tornando mais fácil a consulta ao livro para o preenchimento das fichas.

A ficha catalográfica foi produzida com base na fundamentação teórica, preocupando-se em analisar, para análise

diplomática, os elementos imprescindíveis da espécie documental, baseando-se sempre na definição de Belotto (2008). No que diz respeito às questões paleográficas, tomou-se como base a sugestão de Ackel (2021) para a descrição dos documentos:

[...] a seguir mostra-se um exemplo de organização prática que pode servir para sua descrição. Divide-se em três níveis de caracterização:

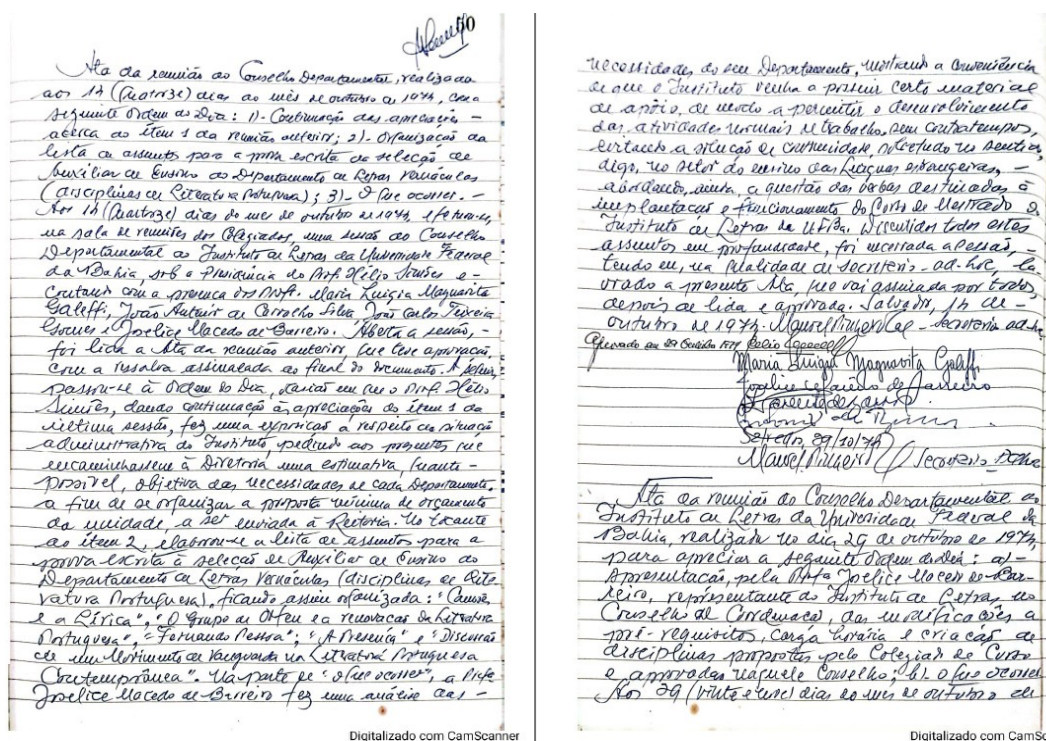
**1. material**, que se refere ao tipo de suporte e de seu estado de conservação, por exemplo: se é papel, [...]; se há elementos adicionados como manchas, dobras, rasgos, carimbos; qual o instrumento utilizado para escrever – tinta, grafite, ouro;

**2. gráfico**, de onde se extraem elementos que foram produzidos pelo homem comum instrumento, por exemplo, uma assinatura, de que modo o texto foi disposto no papel, se há destaque de fragmentos como datas, vocativos, anotações, qual a forma da letra, se há intervenções de terceiros;

**3. essencial**, que provê a informação sobre o que nele está escrito e, por consequência, sobre a história que circunstanciou sua produção. (Ackel, 2021, p. 3-4).

Depois de estabelecido os elementos da Ficha, procedemos à leitura e ao fichamento do conjunto documental, visando à identificação das características textuais e à identificação de possíveis problemas. *Pari passu*, realizou-se o *recensio*, em busca de fontes bibliográficas, legislativas e documentais que corroborassem a iluminação dos testemunhos, assim como sua contextualização no espaço de produção.

Figura 4: Escanerização prévia feita com o aplicativo CamScanner



Nas fichas, registram-se os dados pertinentes à estrutura da espécie documental, às questões paleográficas, sugeridas por Ackel (2021), e à descrição do conteúdo das reuniões. Analisando-se esse conjunto, fazem-se observações que levarão à produção das notas filológicas. Por fim, como passo futuro, pretende-se proceder à escanerização dos documentos por meio de *scanner* profissional, garantindo a melhor qualidade possível ao fac-símile.

## RESULTADOS PARCIAIS

A primeira sessão assentada no livro, datada de 21 de julho de 1969, foi presidida pelo Coordenador (Diretor) do Instituto de Letras, o professor Hélio Gomes Simões, e teve como ordem do dia a eleição do representante do Instituto para o Conselho de Coordenação da Universidade. Elegeu-se, por unanimidade, a professora Zilma Parente de Barros, do Departamento de Letras Germânicas. Hélio Simões, professor titular do Departamento de Letras Vernáculas, ficou à frente do Conselho Departamental, como Coordenador (Diretor) do Instituto de Letras, de 04 de julho de 1969 até 20 de setembro de 1976<sup>3</sup>, sendo substituído pelo professor Cláudio de Andrade Veiga, do Departamento de Letras Românicas. Cláudio Veiga foi sucedido, a partir de 1981, pelo professor Luiz Angélico da Costa, do Departamento de Letras Germânicas. Assumiu a chefia do Conselho, a partir de 1984, a professora Celina de Araújo Scheinowitz. Por fim, Suzana Helena Longo Sampaio passou à diretoria do Instituto e, por conseguinte, à Chefia do Conselho Departamental durante os anos de 1988 a 1990, quando este livro foi encerrado. Todavia, embora levantados esses dados, focar-se-á, neste texto, pelo caráter incipiente da pesquisa, nos anos iniciais em que o órgão foi comandado pelo professor Hélio Simões: 1969 a 1976.

Faz-se necessário apontar que o Regimento da UFBA (1969) prevê um Diretor nas unidades acadêmicas com mandato de quatro anos, sendo vedada a recondução, entretanto, o professor Hélio Simões exerceu o cargo por um período maior. No catálogo geral da UFBA de 1969, ele é designado como Coordenador, o que é corroborado pelas atas, em que o título de Diretor só aparece a partir de 1973. Embora pareça que a norma da universidade tenha sido desrespeitada, é possível aventar a hipótese de que, nos primeiros anos de implantação da nova estrutura, não tivesse sido possível cumprir inteiramente os trâmites de escolha e nomeação dos ocupantes de todos os cargos criados com a reestruturação da universidade. Ressalte-se que os diretores deveriam ser nomeados pelo Presidente da República a partir de uma lista sêxtupla elaborada pela Congregação (Universidade Federal da Bahia, 1969, p. 21), o que torna o processo bastante longo e oneroso.

Nas atas em tela, o professor Hélio Simões era, na verdade, de 1969 a 1972, designado como Coordenador

do Instituto; a data tópica das reuniões, nesse período, apresenta-se como sala da Coordenadoria do Instituto de Letras. Apesar disso, o Catálogo Geral da UFBA (1971) já o indica como Diretor. Nesta etapa da pesquisa, ainda não sabemos a razão da diferença dessa nomenclatura, contudo, se de fato Hélio Simões assumiu oficialmente como Diretor somente em 1973, o mandato foi cumprido à risca, como indica o Regimento, sendo ele sucedido pelo professor Cláudio Veiga a partir do ano de 1977. A hipótese de que o mandato do primeiro diretor só tenha sido iniciado em 1973 apoia-se, ainda, no fato de que não há, no livro, indicação de um Vice-Diretor ou de uma Vice-Diretora na unidade, nos anos de 1969 a 1972, indicação que passa a acontecer a partir de 1973.

No ano de implantação do Instituto, 1969, houve somente 4 sessões registradas no livro de atas. Dentre essas 4 atas, há somente uma que segue toda a estrutura esperada da espécie documental e conta com assinaturas: a primeira ata (fl. 1r), lavrada pela professora Teresa Leal Gonçalves Pereira, do Departamento de Letras Românicas, na qualidade de secretária *ad hoc*.

As seis atas seguintes (fl. 1v - 5r) não foram assinadas e apresentam alguns problemas no que tange à estrutura da espécie documental. Foram lavradas pela escriturária Maria Elisa M. Cortés, que não se apresenta nominalmente em nenhuma dessas atas, podendo-se descobrir seu nome a partir da análise de um outro livro em estudo neste mesmo projeto, o Livro de Atas do Departamento de Letras Vernáculas (1969-1974). Estas seis atas, lavradas por Maria Elisa, podem se tratar de transcrições, apesar de não se apresentarem dessa forma.

Os problemas encontrados nesse conjunto de atas são os seguintes: não são citados os nomes dos professores presentes, havendo apenas a indicação de que os participantes da sessão assinaram uma lista de presença arquivada na pasta do Conselho Departamental, lista que não pôde ser encontrada, até então, na sala de Memória do ILUFBA, nem no Arquivo Geral. Além disso, não se topicaliza a ordem do dia no protocolo inicial (com exceção das atas dos fólios 1v e 2r) e o secretário não é indicado nominalmente no protocolo final. Por fim, nenhuma dessas atas possuem assinatura ou sinalização de aprovação, embora haja a indicação, no texto das atas que as sucedem, que a ata da reunião anterior fora aprovada.

Cite-se o exemplo da ata do fólio 2r, segunda do livro, que não possui nenhum dos elementos citados no parágrafo anterior, isto é, assinatura, indicação de aprovação e nome dos presentes; contudo, na terceira ata do livro, que começa no fólio 2v, indica-se, no texto, que a ata anterior foi lida e aprovada. A omissão desses elementos essenciais é um grande problema para a pesquisa, que extrai suas informações e inferências justamente daquilo que nos é dito pelo documento. No entanto, mesmo na omissão podem haver informações.

<sup>3</sup>Essas datas dizem respeito ao que se pode encontrar no conjunto de documentos editados, assim, 04 de julho de 1969 é a data do termo de abertura do livro, ao passo que 20 de setembro de 1976 é a data da última reunião que consta no livro em que Hélio Simões aparece como Diretor. Importa esclarecer que o mandato do professor Hélio Simões deve ter seguido até o fim do ano de 1976, embora não se tenha testemunho desse dado nas atas.

Veja-se o exemplo da quinta ata do livro, iniciada no fólio 3v, que faz parte do conjunto que não apresenta os elementos esperados da espécie documental. Assim, não se citam os nomes dos presentes, tampouco de quem presidiu a sessão. Todavia, em determinado momento, é dito que “a Coordenadora” sugeriu alguma questão relativa à ordem do dia. Pelo que se sabia, analisando-se os catálogos da UFBA e o conjunto documental até então conhecido, havia um Coordenador no Instituto, Hélio Simões; portanto, por que “Coordenadora”? Trata-se de um erro de grafia do redator ou indica que de fato havia uma mulher presidindo a sessão e à frente da coordenação do Instituto? Procedendo à análise do conjunto documental, obtém-se a resposta na décima primeira reunião (fl. 8v - 9r), em que se tem a indicação de que a professora Maria Luígia Magnavita Galeffi estava à frente do Conselho, como Coordenadora em exercício.

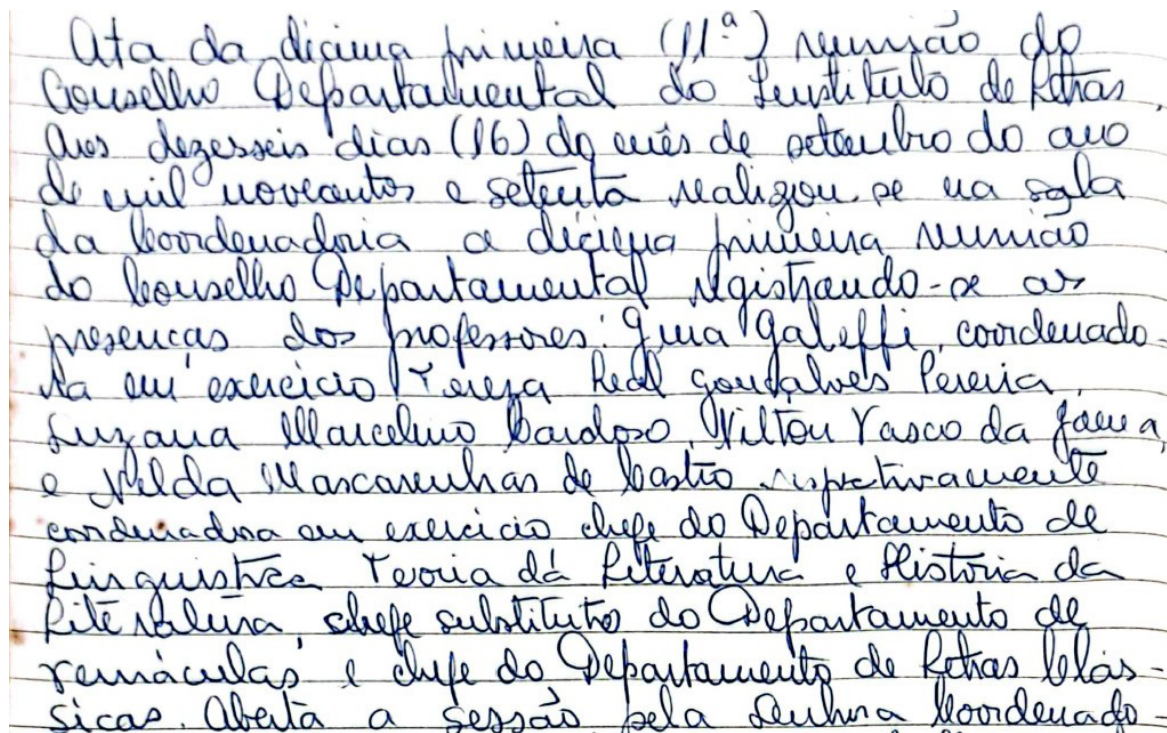
Recorrer à produção de notas filológicas é essencial nesses momentos, uma vez que essa questão não é explicitada no presente livro, por conta das lacunas relacionadas aos elementos da espécie documental, mas a informação pôde ser recuperada no Livro de Atas do Departamento de Letras Vernáculas (1969-1974), Departamento em que Hélio Simões ocupava a chefia, nos anos de 1969 a 1972, e que traz, em uma ata, a informação do afastamento do chefe. Neste livro, encontra-se também a informação de que a professora Maria Luígia Magnavita Galeffi, do Departamento de Letras Românicas, substituiu Hélio Simões na coordenação do Instituto em seus impedimentos, durante o período de 1969 a 1972, por se tratar da Decana da Universidade. Entretanto,

na ata datada de 28 de maio de 1973 (fl. 24v), ano no qual Hélio Simões passa a ser denominado Diretor, ela é indicada como Vice-Diretora e preside a sessão na qualidade de Diretora em exercício.

Na espécie documental ata, deve haver a indicação do nome das pessoas presentes e de sua qualificação (Bellotto, 2008, p. 36), mas nem sempre esses elementos são indicados nos documentos analisados, o que torna necessária a contextualização de algumas questões.

Cite-se como exemplo, além das atas já apresentadas, que omitem por completo o nome dos presentes, um equívoco de redação por parte de quem secretariou a décima primeira reunião, que pode levar o consulente, que se debruce apenas em um dos testemunhos do conjunto, a um mal entendido. Lidando ainda com a 11ª ata do livro (fl. 8v - 9r), supracitada, a secretária comete um equívoco ao indicar respectivamente a função dos presentes. Na ordem apresentada, poder-se-ia entender que Nilton Vasco da Gama era o chefe do Departamento de Clássicas, uma vez que participaram da reunião 5 professores, mas, ao descrever suas funções, a redatora indica somente 4 atribuições e, além disso, inverte a ordem, atribuindo a chefia de Clássicas a Nilton Vasco da Gama. Entretanto, sabe-se que, à época, Nilda Mascarenhas de Castro era a chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vasco da Gama era chefe do Departamento de Letras Românicas. É de praxe que, quando erros como esse aconteçam, seja indicado ao final da ata “onde se lê...leia-se...”, adicionando a informação correta, mas isso não acontece nessa sessão. Todas essas questões, anos de mandato e afins, serão incluídas e contextualizadas na edição.

Figura 5: Fragmento da 11ª sessão do Conselho Departamental



Ata da décima primeira (11ª) reunião do Conselho Departamental do Instituto de Letras, aos dezesseis dias (16) do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta realizou-se na sala da coordenação a décima primeira reunião do Conselho Departamental registrando-se as presenças dos professores: Juza Galeffi, coordenadora em exercício, Teoria Real, Gonçalves Pereira, Suzana Marcelino Barroso, Nilton Vasco da Gama e Nilda Mascarenhas de Castro respectivamente coordenadora em exercício chefe do Departamento de Linguística, Teoria da Literatura e História da Literatura, chefe substituto do Departamento de vernáculas e chefe do Departamento de Letras Clássicas. Aberta a sessão pela Senhora Coordenadora-

É importante frisar que os registros encontrados no livro não seguem, quase nunca, *ipsis litteris*, a definição de Belotto. Uma questão a ser apresentada, nesse sentido, é a de que a definição de Belotto indica como suficiente, no protocolo final, a presença da assinatura do secretário da sessão e do presidente, pois sua pesquisa trata de documentos históricos em sentido lato. Todavia, em unidades universitárias, o padrão é se exigir a assinatura de todos os que participaram da reunião de aprovação da ata, não somente do secretário e do presidente. Portanto, isto foi seguido ao longo do livro, com algumas exceções, que podem ser vistas nos fólios 7r, 8r e 9r, nos quais apenas a secretária, Regina Helena da Matta Hellstrom, e o presidente do Conselho, Hélio Simões, assinam o documento.

Tem-se, até então, a identificação de 4 mãos fazendo registros no livro: Teresa Leal Gonçalves Pereira, professora do Departamento de Letras Românicas, que atuou como secretária *ad hoc* na primeira ata do livro; Maria Elisa M.

Cortés, que se identifica somente como Escriturária, no Livro de Vernáculos; Regina Helena da Matta Hellstrom, secretária do Conselho Departamental; e Manoel Pinheiro Cal, secretário *ad hoc*. A identificação de mãos nesse livro é, sobretudo, importante, posto que Regina Helena, secretária do Conselho, muitas vezes simplesmente assina a ata, embora não a tenha lavrado.

Ainda com relação ao conjunto de seis atas citado anteriormente, presentes nos fólios 1v a 5r, não havia indicação do caráter da sessão, isto é, não se indicava, no protocolo inicial, nessas atas, se a reunião era ordinária ou extraordinária. Percebe-se que a estrutura formal do documento varia bastante. A partir da ata da quarta sessão (fl. 2v), passa-se a indicar o caráter da reunião, acima do cabeçalho das atas, informação, ao que tudo indica, adicionada posteriormente à feitura da ata, pois foi redigida por uma mão diferente da que redigiu a ata.

Figura 6: Fragmento da 4ª sessão do Conselho Departamental

Reunião Extraordinária -  
Ata da sexta reunião do Conselho Departamental do  
Instituto de Letras da Universidade Federal da Ba-  
hia, realizada aos quatorze dias do mês de abril de  
mil novecentos e setenta.

Fonte: Os autores.

Percebe-se, além da diferença no tamanho das letras, que a expressão “Reunião Extraordinária” apresenta uma inclinação à esquerda, o grafema <n> liga-se aos grafemas vizinhos, enquanto a grafia do redator da ata inclina-se à direita e raramente seu <n> apresenta ligaduras com o grafema que o precede. Ademais, ao comparar-se a escrita do grafema <t>, vê-se uma nítida diferença entre as grafias. Por fim, percebe-se que “Reunião Extraordinária” foi grafado em cima de um dos pontos deixados para assinaturas na ata anterior, veja-o ao lado do <r> na sílaba “-ri”.

A partir da sétima reunião (fl. 4v), a secretária passa a identificar-se na ata como Regina Helena da Matta Hellstrom. Todavia, não há mudança na mão que redige o documento, mantendo-se a mão anterior — que se sabe, devido à consulta ao Livro do Departamento de Letras Vernáculos (1969-1974), que se trata da escriturária Maria Elisa Cortés —. Embora não se tenha mudado a mão que redige a ata, Regina Helena de fato passa a assinar os documentos, além de haver atas lavradas por ela, que corroboram a amostragem para comparação da grafia, por isso, podemos dizer que a letra de

Figura 6: Fragmento da 8ª sessão do Conselho Departamental, assinado por Regina Helena

hia. E nada mais a constar foi encerrada a  
sessão às 18.30 (depois horas e trinta minutos)  
e eu Regina Helena da Matta Hellstrom lavrei a pre-  
sente Ata que vai por mim encerrada e assinada  
da pelos senhores membros na ata da sua apro-  
vação. Salvador 14 de agosto de 1970. // R. H. da M. H.

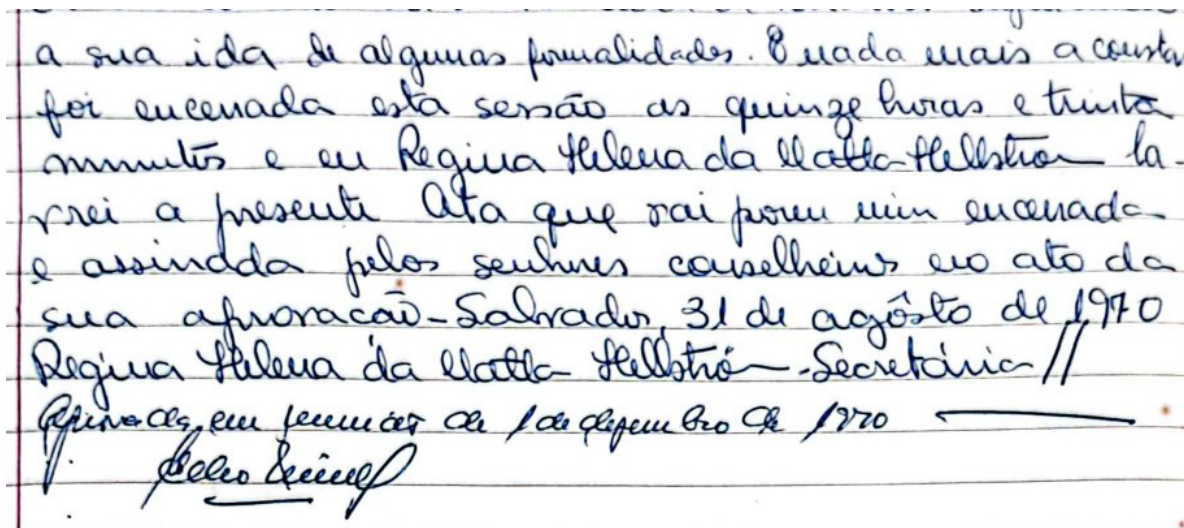
Fonte: Os autores.

quem grafou a indicação do caráter da reunião no conjunto usado como exemplo pertence à secretária Regina Helena.

É importante notar que, a partir do momento que a indicação de quem secretariou a sessão volta a aparecer

no livro (da 7ª ata em diante), a espécie documental volta a se aproximar do modelo canônico, demonstrando que o *scriptor* passou a dominá-la melhor.

Figura 7: Fragmento da 9ª sessão do Conselho Departamental



Fonte: Os autores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa prosseguirá para etapa de escanização definitiva do conjunto documental, com *scanner* profissional, com o intuito de melhor preservar as características materiais do documento, porquanto a escanização na etapa anterior fora feita visando a facilitar o preenchimento das fichas para elaboração das notas filológicas e a evitar o constante manuseio do documento, mas carece de qualidade de resolução. Seguir-se-á à finalização do preenchimento das fichas catalográficas, à pesquisa dos paratextos e à redação das notas que auxiliarão a compreensão da conjuntura geral do ILUFBA no período estudado.

Percebe-se, ao analisar-se o conjunto documental em estudo, que havia uma estrutura sendo consolidada, por isso as atas nem sempre seguiam o que era esperado, o que passou a acontecer com o decorrer dos meses e com o assentamento da estrutura que começava a se sedimentar, o que pode explicar o cargo inicial de Coordenador atribuído a Hélio Simões nos primeiros anos do ILUFBA, que passa a seguir o previsto no regimento a partir de 1973. Ao voltar ao passado, pode-se entender de que maneira o presente se formou e compartilhar a memória dos agentes que fizeram parte da história da implantação do ensino e da pesquisa na área de Letras na Bahia.

## REFERÊNCIAS

- ACKEL, A. Estudos paleográficos: gênese, evolução e tendências atuais. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2021.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79.
- BELLOTTI, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.
- BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e filologia como crítica textual. In: BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; MATOS, Eduardo Silva Dantas de; ALMEIDA, Isabela Santos de. **Edição de texto e Crítica Filológica**. Salvador: Quarteto, 2012, p. 13-59.
- BRASIL. **Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968**. Reestrutura a Universidade Federal da Bahia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62241-8-fevereiro-1968-403521-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CONTRERAS, L. N. **Manual de Paleografia: Fundamentos e Historia de la Escritura Latina hasta el Siglo VIII**. Madrid: Catedra, 1994.
- INSTITUTO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Livro de Atas do Departamento de Letras Vernáculas**, [manuscrito]. 1969-1974.
- LOSE, A. D. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? **Revista da ABRALIN**, [S. l.],

v. 16, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/463>. Acesso em: 3 jun. 2024.

LOSE, Alícia Duhá. Edição digital de texto manuscrito: Filologia no séc. XXI. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 41, p. 11-30, jul./dez., 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1100/13>. Acesso em: 3 jun. 2024.

SOUZA, Risonete Batista. O arquivo do instituto de letras da UFBA: uma tentativa de resgate da história. *In*: LOSE, Alícia Duhá *et al.* **Pesquisando Acervos**. Salvador: Memória e Arte, 2020. p. 74-82.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia**, 1971. Salvador: UFBA, 1971. 279p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto e Regimento da Universidade Federal da Bahia**. Boletim Informativo, Segunda Parte, n. 153. Salvador: 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Regimento Interno do Instituto de Letras**. Boletim Informativo: parte II, n. 162. Salvador: 1970.